

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT \_\_\_\_\_ AML \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**8.<sup>a</sup> COMISSÃO PERMANENTE  
DE TRANSPORTES, MOBILIDADE E SEGURANÇA**

**Relatório**

Petição n.º 10/2018

*“Mais estacionamento em Benfica”*

A 8.<sup>a</sup> Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, reunida em 25 de Outubro de 2018, após análise da Petição n.º 10/2018 e tendo previamente procedido à audição dos peticionários, bem como a uma visita às artérias em causa na petição, deliberou emitir o seguinte Relatório:



81  
+

## I - Considerandos

Os peticionários vêm “denunciar a falta de lugares de estacionamento” na Freguesia de Benfica, situação que consideram ter-se agravado após as variadas intervenções no âmbito do Plano de Acessibilidade Pedonal.

Alegam que desde 2014 cada vez é mais difícil aos moradores estacionarem os seus veículos, havendo frequentemente casos em que a procura de um lugar de estacionamento chega a levar mais de meia hora.

Afirmam ainda que o ordenamento do estacionamento levado a cabo resultou numa forte redução da área útil para esse efeito, o que se tem reflectido numa redução da qualidade de vida dos habitantes.

Repudiam, o que chamam “acções persecutórias da Polícia Municipal” cometidas na Freguesia de Benfica, em particular na Rua Doutor Rafael Duque, Rua Maria Pimentel Montenegro e Rua Coronel Santos Pedroso, todas elas de acesso local. Segundo os peticionários, os residentes têm sido multados e visto os seus veículos serem rebocados, por estarem estacionados no eixo das vias, mas sem que esse estacionamento afecte a circulação de quaisquer veículos, sejam eles ligeiros, de recolha do lixo, bem como os prioritários e/ou de emergência.

Apelam a uma maior compreensão da Polícia Municipal, uma vez que a grande maioria dos prédios não possui garagem e o número de fogos na zona é muito elevado.

Exigem a *criação de mais lugares de estacionamento na via pública*, e que a área afectada a esse fim seja aumentada, nem que para isso se tenha de reduzir a dimensão dos passeios ou mesmo suprimir passagens de peões.

Por fim, recusam a implementação de lugares de estacionamento geridos pela EMEL, uma vez que, segundo os peticionários, não pretendem ver substituída o que apelidam de prepotência da Polícia Municipal pela posterior prepotência da EMEL.



Ri  
/

## **II – Enquadramento:**

O Plano de Acessibilidade Pedonal foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa e na Assembleia Municipal de Lisboa, encontrando-se em fase de execução.

A concretização das acções do Plano compete a vários serviços municipais bem como às juntas de freguesia, através de diversos modelos de Contrato de Delegação de Competências (CDC) firmados com juntas de freguesia, para promoção da acessibilidade e segurança pedonal.

No âmbito do exercício das suas competências, as juntas de freguesia têm identificado situações em que simples medidas de acalmia de tráfego implementadas em vias de 4.º e 5.º nível (através de passagens de peões sobrelevadas e passeios contínuos), devidamente supervisionadas pelos serviços competentes da CML, têm proporcionado melhorias consideráveis de segurança.

Foram celebrados CDC neste âmbito com as seguintes Juntas de Freguesia: Ajuda, Arroios, Beato, Belém, Benfica, Campo de Ourique, Estrela, Lumiar, Misericórdia, Olivais e Santa Clara, tendo ficado estabelecido que caberia à Equipa do Plano coordenar, dinamizar e apoiar a execução do respectivo Plano.

O objectivo dos CDC é tornar Lisboa uma cidade para todas as pessoas, sendo o combate ao estacionamento abusivo em cima dos passeios, das passagens de peões, das zonas afectas a paragens de autocarro e dos lugares de estacionamento reservados para cidadãos com mobilidade reduzida, um imperativo que urge implementar.

## **III – Análise da petição:**

Foi designada data para a audição dos peticionários (dia 18 de Maio de 2018), tendo nessa ocasião a peticionária *Maria João Ramos* iniciado a sua exposição informando residir em Benfica há mais de quarenta anos, e que actualmente se vê obrigada a estacionar o seu veículo a mais de vinte minutos de casa. Com efeito, referiu que após a requalificação da zona, a dificuldade em estacionar aumentou bastante e segundo a peticionária tal facto deve-se à supressão de lugares de estacionamento após a referida requalificação. Segundo esta peticionária, a Policia Municipal continua a rebocar as viaturas automóveis estacionados em lugares legais, numa atitude



incompreensível. Referiu ainda que muitos idosos não saem de casa, não utilizando as suas viaturas em virtude da falta de lugares de estacionamento existentes no bairro.

Seguidamente foi dada a palavra ao peticionário *José Antunes*, que aludiu que não é possível aceitar todo o tipo de obras por serem questionáveis na forma e no propósito, referindo que os problemas se agravaram desde 2014. Referiu ainda o facto da maioria dos edificios existentes na zona não possuírem garagens, por estas terem sido transformadas em armazéns. O peticionário disse que a entrada da EMEL num bairro residencial e periférico como Benfica não fará qualquer sentido.

Pelos peticionários falou ainda *Luís Braga*, que considerou existir um problema de estacionamento que advém das garagens dos edificios, uma vez que as mesmas foram, na sua grande maioria, transformados em armazéns e lojas nos anos sessenta, setenta e oitenta do século passado, situação agravada pela existência de oficinas de reparação de automóveis e stands que ocupam os passeios com uma impunidade que considera total. Segundo este peticionário, acrescer ao já referido a forte procura induzida pelo novo Interface e pelo Hospital da Luz, tendo proposto como alternativa uma solução que passaria pelo redesenho dos estacionamentos e a recolocação de pilaretes que, no seu entender, terão sido mal implementados.

Referiu por último, a necessidade de levantamento das reais necessidades de estacionamento, tendo-se queixado da arrogância da Policia Municipal face aos moradores e à sua insensibilidade pelos seus problemas de estacionamento.

De seguida, entrevistaram diversos Deputados Municipais, destacando-se *Inês Drummond (PS)* que esclareceu que a Junta de Freguesia de Benfica efectuou o levantamento das necessidades de estacionamento dos seus fregueses, referindo que 9% dos moradores não tem viaturas automóveis, 34% dos moradores são proprietários de viaturas automóveis, 50% dos moradores têm mais de duas viaturas automóveis e 6% dos moradores tem três viaturas ou mais. Esclareceu igualmente, que a Junta de Freguesia de Benfica realizou sete reuniões com os moradores para apresentação dos projectos de requalificação na freguesia.

Por fim, foi novamente dada a palavra ao peticionário *Luís Braga* tendo o mesmo repetido que apesar de algumas intervenções, continuam a faltar lugares de estacionamento para os residentes, considerando ainda que a EMEL não é solução



8.º  
+

porque há sempre falta de estacionamento, inclusive aos domingos e fora de horas, situação que no seu entender terá sido agravada pelas obras realizadas.

#### **IV – Visita ao local:**

No âmbito da presente petição, os Deputados Municipais efectuaram (dia 26 de Setembro de 2018) uma visita às artérias em causa na presente petição, com vista a tomarem conhecimento *in loco* da situação reportada pelos peticionários, tendo na ocasião sido recebidos pela Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, *Inês Drummond*, que fez uma apresentação exaustiva das intervenções executadas, tendo referido que a obra realizada no local era uma requalificação essencial para a qualificação do espaço público, que se encontrava, antes da mesma, bastante degradado.

No entanto, identificou algumas áreas onde seria possível efectuar algumas intervenções que poderiam melhorar e aumentar o estacionamento no local que, contudo, não foram executadas por se encontrarem fora do âmbito dos CDC's realizados.

No final da visita, a Presidente da Junta de Freguesia de Benfica prontificou-se a remeter aos Deputados da 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, um documento escrito, epigrafado "*Informação Espaço Público n.º 119/18*", datado de 25 de Junho de 2018, onde é feita uma avaliação da proposta efectuada por moradores da freguesia de alteração do estacionamento na Rua Dr. João de Barros e ruas adjacentes, tendo ficando este documento a constar, após a sua recepção, como Anexo I do presente Relatório.

#### **V - Opinião das forças políticas e do relator:**

A partir das audições as forças políticas representadas na 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, bem como o relator do presente documento, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

## **VI – Conclusões:**

As propostas apresentadas pelos peticionários, sendo um contributo de cidadania com o objectivo de melhorar o espaço público e aumentar os números de lugares de estacionamento, acabam, na sua quase totalidade, por não cumprirem a legislação em vigor além de não irem ao encontro das boas práticas nacionais e internacionais.

A eventual substituição dos pavimentos pedonais por estruturas de pavimento que sejam suficientemente resistentes para circulação rodoviária, teria um impacto significativo nas infra-estruturas existentes (face à sua profundidade), implicando a substituição e/ou reforço das mesmas.

São sempre de evitar soluções que constituam ilegalidades à luz do Código da Estrada, ou que se consubstanciem no incumprimento das directivas e recomendações veiculadas pelo Plano de Acessibilidade Pedonal.

## **VII – Recomendações:**

Em face do exposto, as forças políticas representadas na 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança, propõem à Assembleia Municipal de Lisboa, perante os argumentos contidos na petição n.º 10/2017, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa as seguintes recomendações:

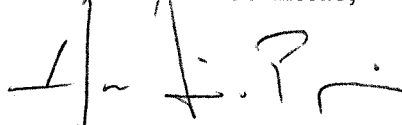
- Que efectue um estudo exaustivo dos problemas de estacionamento existentes nesta zona da Freguesia de Benfica;
- Que assegure, sempre, a circulação sem dificuldades de veículos pesados prioritários e de recolha de lixo;
- Que garanta a acessibilidade a todos os cidadãos, em cumprimento do Plano de Acessibilidade Pedonal, que foi aprovado por unanimidade quer pela CML, quer pela AML;
- Que diligencie para que, em conjunto com a Junta de Freguesia de Benfica, sejam encontradas soluções de estacionamento na mesma zona, e que essas soluções sejam as mais consensuais, cumprindo a lei e que minimizem os impactos negativos da notória falta de estacionamento.



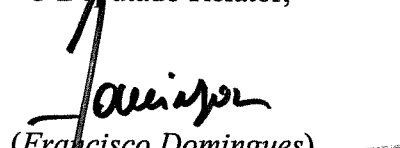
O presente relatório foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Municipais representados na 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança.

Assembleia Municipal de Lisboa, 25 de Outubro de 2018.

O Presidente da 8.ª Comissão,

  
(António Prôa)

O Deputado Relator,

  
(Francisco Domingues)

**Anexo I:** Documento remetido pela Junta de Freguesia de Benfica, datado de 25 de Junho de 2018, epigrafado “*Informação Espaço Público n.º 119/18*”.